

NEM SÓ DE ARMAS VIVE A ESTRATÉGIA

Apresentar as conclusões de uma conferência como a que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais realizou, este ano subordinada ao tema «A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades», é tarefa difícil pois ela foi essencialmente virada para o debate de ideias, constituindo um fórum onde diferentes opiniões e posições se confrontaram. Daqui resulta necessariamente que ao apresentar as conclusões o faço de um ponto de vista pessoal, expondo aquilo que, em suma, me parece mais importante extrair desta conferência.

A lição fundamental, que julgo estar presente em quanto foi expresso pela grande parte dos oradores, é que a abertura de espírito, a recusa de visões partidárias demasiado estreitas, a capacidade para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo de uma maneira realista, a necessidade de uma reflexão profunda sobre a situação internacional, radicalmente diferente do que era na altura da crise de Cuba, quando a força de dissuasão nuclear americana resolvia por si só as grandes tensões, é condição primeira para preservar a paz e fazer gorar os planos dos que visam perturbá-la.

A teimosia no apego a pressupostos ultrapassados, a recusa em analisar a realidade concreta porque os resultados seriam diversos dos que gostaríamos de obter, o recurso ao **slogan** fácil e a incapacidade de compreender que para lá da propaganda existe uma realidade em constante movimento que com ela se não compadece, é condenar-se a acontecer o Irão e ficar-se de boca aberta, ou vir o Verão quente de 1975 em Portugal e dizer-se que tudo está perdido para a democracia. Em suma, é correr o risco de ver um dia as decisões dos Estados ocidentais, particularmente dos europeus, dependentes dos ditames dos soviéticos, sem se entender como foi possível chegar a isso.

Para lá destas considerações gerais, parece-me de interesse, de tudo quanto foi discutido na conferência, abordar quatro pontos principais.

1. As relações transatlânticas e a necessidade de compromisso numa aliança

O principal problema que se põe à defesa do Ocidente não é tanto o poderio militar soviético, facilmente à mercê do poderio industrial e tecnológico do mundo ocidental (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão), mas as dificuldades e obstáculos à concertação e coordenação das diferentes políticas nomeadamente as divergências entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Divergências estas que são fruto dos vaivéns da política americana nos últimos anos e do apego de vários dirigentes europeus a um desanuviamento sem princípios e substancialmente imposto pela parte contrária, avivadas e avolumadas por uma hábil política de agravamento das clivagens entre a Europa e os EUA desenvolvida pelos estrategas soviéticos.

A Europa Ocidental, apesar do enorme poderio industrial que representa, não toma as medidas necessárias para poder garantir a sua defesa. Os governantes dos países europeus não estão na disposição de atribuir à defesa as dotações orçamentais que eventualmente lhes permitiriam, em conjunto, passar sem a protecção americana. Nada leva a crer que a presente disposição se altere, pelo que isso poderia representar em termos da diminuição das regalias sociais dos europeus.

Mas, por outro lado, como o demonstram o relatório do Departamento de Defesa americano (conhecido por «relatório Weinberger») e a última edição do **Military Balance**, publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, a União Soviética não tem abrandado, bem pelo contrário, o seu esforço de armamento, sobretudo no que se refere às armas ofensivas, nem deixou de ameaçar militarmente a Europa Ocidental. A mais perturbadora conclusão destas publicações é, precisamente, o aumento considerável da ameaça nuclear sobre a Europa Ocidental. No tocante às armas nucleares de teatro, capazes de atingir a Europa Ocidental a partir da União Soviética e da Europa de Leste, e vice-versa, a desproporção é de 1 para 3, evidentemente favorável à União Soviética. O armamento soviético apontado contra a Europa inclui 175 mísseis SS-20, cada um deles equipado com três ogivas nucleares. E estão em construção mais 65 mísseis SS-20.

Do lado ocidental, a modernização das armas nucleares de teatro — para repor o equilíbrio —, com a instalação de mísseis **cruise** e Pershing II, que deveria ter lugar em 1983 caso os soviéticos não desmantelassem os SS-20, decisão tomada em Dezembro de 1979 (sob proposta europeia e não americana, como agora é sugerido), está comprometida na Bélgica e na Holanda e causou perturbação noutros países e controvérsia no seio da Aliança.

A Europa Ocidental continua a ter de abrigar-se sob o guarda-chuva nuclear americano e a depender das tropas americanas na frente europeia para assegurar a sua capacidade de decisão política autónoma perante a chantagem nuclear soviética. Este dado terá necessariamente de pesar nas decisões dos dirigentes políticos europeus. Ao quererem, como querem, aliar-se aos Estados Unidos, e também ao Japão, ao Canadá ou a outros países, os governos da Europa Ocidental devem estar na disposição de fazer compromissos e cooperar. Não há aliança em que cada uma das partes possa pensar que os seus interesses e a sua vontade serão integralmente aceites pela outra parte. A participação numa aliança impõe determinadas regras do jogo que, por exemplo na reacção europeia à invasão do Afeganistão, não foram respeitadas (recorde-se o encontro de Giscard d'Estaing com Brejnev em Varsóvia).

O crescimento do neutralismo na Europa poderá estar a contribuir para o isolacionismo americano, considerando que os EUA podem sobreviver na sua quase ilha, prescindindo do velho continente, ao passo que o inverso não é naturalmente verdadeiro. E os europeus não podem criticar os Estados Unidos por demasiado fracos e por não estarem a rearmar-se convenientemente (com Carter), para depois virem criticá-los por estarem a rearmar-se (com Reagan).

Os EUA, por seu lado, têm de compreender e tomar em consideração as realidades da política europeia, a diversidade da sua opinião pública, e não podem proceder como se «unidade» fosse sinónimo de «uniformidade». Em suma, como afirmou Joseph Godson na sua intervenção, **«os americanos têm de reconhecer a diversidade da Europa e os europeus têm de provar que possuem o sentido das responsabilidades e estão dispostos a partilhá-las».**

No entanto, sendo embora preciso inovar, e foi esse o sentido da intervenção de Daniel McMichael, o balanço das relações transatlânticas é positivo. Afirmou-o Jonathan Alford, salientando que à NATO se deve em larga medida a paz que se vive na Europa desde a Segunda Guerra, e que **«o objecto da NATO é afinal a constante conciliação da liberdade nacional com um objectivo comum — tal como, em qualquer democracia, o processo político é a conciliação da liberdade individual com as restrições que lhe são impostas pelo bem comum».** E neste ponto Van Campen, director do Gabinete do Secretário-Geral da NATO, esteve de acordo com ele.

2. Batalha das armas, batalha das ideias

No carácter democrático da sociedade em que vivemos, e em que vivem os nossos aliados, no debate de ideias que lhe é inerente, reside a nossa força. Mas, apesar de esta consideração ser inúmeras vezes repetida (e nem por isso menos verdadeira), o terreno da luta de ideias é com demasiada frequência abandonado aos inimigos da

democracia. Que a nossa força não se transforme na nossa fraqueza, foi uma preocupação constante ao longo dos três dias da conferência.

O reforço do armamento nuclear ou convencional, o esforço de defesa militar, não é incompatível com o tomar em consideração a opinião pública ou a dimensão social da estratégia. Admitindo por exemplo que existe a capacidade para os países europeus se defenderem dos SS-20 ou de qualquer ameaça militar, isso pouco significa se não prosseguirem uma política ofensiva nos mais diversos domínios da vida social, satisfazendo a vontade de progresso e a fome de ideais das gerações que povoam a Europa e não viveram a Segunda Guerra. Gerações que querem defender-se desde que devidamente esclarecidas, como ficou provado no inquérito de opinião apresentado por Nuno Torres.

No que diz respeito a esta matéria os campos extremam-se muitas vezes entre os que querem mais armas e descuram outros aspectos não menos importantes e os que querem a **détente**, imensamente preocupados com a opinião pública, normalmente incapazes de informar frontalmente a população sobre a gravidade das actuais tensões internacionais e a importância que o reforço do armamento nuclear e convencional ocidental infelizmente tem para preservar a nossa liberdade de decisão, a paz, a democracia.

Várias intervenções feitas durante a conferência focaram a possibilidade e a necessidade de os Estados garantirem a sua capacidade de defesa, conjugada com uma audaz política de desenvolvimento, de apoio ao Terceiro Mundo, de luta pela paz, de recusa do belicismo, de reformas sociais, de combate pela democracia, fazendo reviver os velhos princípios em que se fundamenta a nossa convivência social. Foi aliás esta a razão pela qual a defesa civil constituiu um dos temas desta primeira edição da Conferência Internacional de Lisboa.

A protecção civil e a defesa civil são imprescindíveis para que a população, sentindo-se na medida do possível protegida contra a calamidade da guerra, aumente a sua capacidade para se defender e a sua vontade de o fazer. Na União Soviética, a defesa civil é um factor que aumenta a sua capacidade de convencer o Ocidente da possibilidade de recorrer ao ataque nuclear, tendo parte da sua população protegida em relação ao contra-ataque. O Ocidente aumentaria evidentemente a sua capacidade dissuasora com a generalização da defesa civil.

A preparação séria para a batalha das armas, mostrando claramente a determinação em travá-la quando for necessário, é condição fundamental para impedir a repetição de aventureirismos como o do Afeganistão que podem, por escalada, vir a lançar o mundo nos horrores da guerra nuclear. Mas não basta, como muito bem foi apontado por vários oradores.

No dizer de Lucas Pires, «o desenvolvimento da cultura é a própria essência de civilização da liberdade e é por isso, como já disse, que estamos cada vez mais entre uma hecatombe e um renascimento, e destinados a promover este para evitar aquela.»

A decisão de nos prepararmos para a batalha das armas tem que ser combinada com o travar desde já a batalha das ideias.

3. Consenso nacional em matéria de defesa

Há questões que, por serem vitais para uma nação e corresponderem a interesses permanentes da mesma, podem e devem ser objecto de consenso entre cidadãos de diferentes ideologias e posições político-partidárias. Entre elas está, evidentemente, a defesa da integridade e da unidade territorial do país, tornando-se indispensável criar um consenso nacional no que diz respeito à defesa.

Como foi sublinhado na conferência, é erro grave pensar que só os partidos não socialistas são a favor do reforço da defesa. A demonstrá-lo está o caso da França. Como creio ter ficado provado ao longo dos debates, a política de defesa de François Mitterrand tem até agora feito aumentar o empenhamento da França na defesa da Europa Ocidental e a sua colaboração com a Aliança Atlântica.

Erro grave ainda mais evidente será fazer depender a concordância com determinada decisão em matéria de defesa do facto de ter sido proposta por uma dada força política. Isto não quer de modo algum dizer, pelo contrário, que se ponha de parte a necessidade de um debate franco e aberto entre políticos e especialistas de diferentes tendências, necessidade imperiosa e que constitui a própria razão de ser desta conferência e das que se lhe seguirão.

4. A segurança da Europa não diz exclusivamente respeito aos europeus e aos ocidentais

A segurança europeia não preocupa apenas os países da Europa Ocidental, os EUA, o Japão e outros países desenvolvidos. No chamado Terceiro Mundo, é cada vez maior a compreensão de que uma Europa submissa ou dominada o colocaria muito mais à mercê do dominador. Compreensão esta que não se verifica apenas nos governos que se identificam política ou ideologicamente com as democracias ocidentais, e que na conferência foi manifestada por Zhang Xichang, do Instituto de Relações Internacionais de Pequim, que deixou expressa a ideia de que na Europa Ocidental está a chave da paz mundial.

Sobre esta questão, Leonardo Mathias afirmaria a dado passo da sua intervenção: «A defesa da Europa, em nosso entender, ganhará com o estreitamento das relações com países de outros continentes, procurando estabelecer com eles laços estreitos baseados não em